

Governo revê pacote para 'carro popular' e inclui ônibus e caminhão

— Do R\$ 1,5 bi destinado ao programa, quase a metade (R\$ 700 mi) irá para a renovação de frota de caminhões; desconto para a compra de carros de passeio será de até R\$ 8 mil

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O governo federal lançou ontem um programa de R\$ 1,5 bilhão para baixar os preços de carros populares, caminhões e ônibus, segmentos que se queixam de dificuldade para ampliar as vendas diante do cenário de juros altos e queda do poder aquisitivo dos consumidores. O anúncio incluiu programa de renovação de dívidas de pessoas físicas, o Desenrola, prometido ainda na cam-

panha eleitoral, que vai vigorar a partir de julho. O desconto para carros de passeio vai variar de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil e entre R\$ 33,6 mil e R\$ 99,4 mil, para ônibus e caminhões. As vendas de carros com desconto serão exclusivas para pessoas físicas nos primeiros 15 dias, prazo que pode ser prorrogado por até 60 dias. Depois disso, as empresas também poderão se beneficiar do programa. O programa, inicialmente idealizado para reativar apenas a venda de veículos com preço até R\$ 120 mil, numa ten-

tativa de resgate ao chamado "carro popular", foi reformulado para abranger caminhões e ônibus e dar uma "roupagem verde". Isso porque, no caso de ônibus e caminhões, veículos com mais de 20 anos terão de sair de circulação. O anúncio

**Fora das ruas
No caso dos pesados,
há obrigatoriedade de
sucateamento de modelos
com mais de 20 anos**

do pacote coincidiu com o Dia Mundial do Meio Ambiente. A proposta, segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, é retirar modelos antigos de circulação. A expectativa do governo é de que a entrega de veículos velhos às sucatas deverá trazer ganhos adicionais para a indústria, entre eles a queda no preço da matéria-prima usada pelas funções. Como nos carros, haverá um período exclusivo de vendas com desconto para pes-

soas físicas, limitado a duas semanas. Ao lado de Alckmin, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o programa é responsável do ponto de vista fiscal. Os descontos nos preços e na forma de bônus serão concedidos até a demanda chegar ao limite máximo do custo do programa: R\$ 300 milhões para ônibus, R\$ 500 milhões para carros e R\$ 700 milhões para caminhões. ●

Mais informações sobre as medidas do governo. Pág. 02 e 04

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1